



Agência Estado – 03 Ago 2004

## Agentes vêm espaço para aperfeiçoar regras do setor

O decreto que regulamenta a comercialização de energia no novo setor elétrico provocou, em uma leitura preliminar, reações positivas nos representantes das geradoras e de distribuidoras. Mas, enquanto as distribuidoras consideram que a regulamentação atendeu aos seus principais pleitos, as geradoras ainda enxergam espaços para um aperfeiçoamento das regras do setor.

"O que saiu era o esperado. Não houve novidades", disse Luiz Carlos Guimarães, presidente da Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica (Abradee). Uma das principais reivindicações das distribuidoras, a de que houvesse a neutralidade do segmento no repasse de custos que não são seus para as tarifas ao consumidor, foram atendidas pelos técnicos do governo.

"O decreto de regulamentação promoveu uma coincidência da data de reajustes das tarifas das distribuidoras com as dos contratos de suprimento firmados com as geradoras", disse Guimarães. Com isso, as empresas deixaram de carregar por longos períodos os custos proporcionados pelos aumentos de geração até serem compensadas nos reajustes de suas tarifas.

### Neutralidade

Outro ponto comemorado foi a neutralidade na saída do consumidor livre. Ou seja, quando o consumidor cativo opta por se transformar em consumidor livre, deixando de integrar a clientela da distribuidora, a concessionária poderá imediatamente reduzir, de forma proporcional, o seu contrato de compra de energia junto à geradora.

Há questões que ainda não foram resolvidas, como pontos da revisão tarifária periódica que, no entender da Abradee, afetam a rentabilidade das distribuidoras. "Mas isso iremos trabalhar, com o tempo, com a Aneel e o ministério", disse Guimarães.

Claudio Sales, diretor-presidente da Câmara Brasileira dos Investidores em Energia Elétrica (CBIEE), um dos principais críticos do novo modelo, reconheceu hoje a existência de avanços na regulamentação do setor. Sales citou, como exemplo de avanço, "a neutralidade das distribuidoras em relação aos custos não gerenciáveis".

### Evolução

"Mas há uma série de pontos que precisam evoluir", destacou Sales, que participou hoje do 6º Enercon, evento realizado pelo Institute for International Research (IIR). Ele citou a necessidade de geradoras que construíram usinas após o ano 2000 possam participar de leilões de "energia nova".

Apesar dos avanços, há quem considere que ainda é cedo para se saber se as novas regras irão, de fato, destravar os investimentos necessários para ampliar a geração. De acordo com o diretor de uma geradora, a tendência é a de que os investidores que já se instalaram no País fiquem fora do primeiro leilão de novas concessões, a ser realizado pelo governo até o primeiro trimestre de 2005. "Esses investidores já assumiram bastante riscos e devem esperar para ver como se comporta o mercado, com o novo modelo", acrescentou.